

## **ANEXO 18**

**REGULAMENTO DA TRANSIÇÃO DOS SISTEMAS RODOVIÁRIOS REMANESCENTES PARA A CONCESSIONÁRIA**

**CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE NOROESTE**

## **1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. O SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL e o SISTEMA REMANESCENTE TEBE, nos termos do ANEXO 2, serão transferidos de forma integral à CONCESSIONÁRIA e passarão a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO nos termos e nas condições estabelecidas no CONTRATO e neste ANEXO.
- 1.2. O disposto neste ANEXO rege a transferência dos trechos definido no item 1.1 acima para a CONCESSIONÁRIA ao final de cada contrato de concessão vigente, objetivando-se a transparência, a eficiência e a preservação da continuidade da prestação do serviço público, dos direitos dos USUÁRIOS e do PODER CONCEDENTE.
- 1.3. Eventuais obstáculos ao fiel cumprimento das disposições deste ANEXO, ainda que imputáveis a terceiros, não eximem a CONCESSIONÁRIA da assunção dos SISTEMAS REMANESCENTES à zero hora da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL e do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, independentemente da realização ou conclusão de todas as Etapas estabelecidas neste ANEXO, tampouco a exime de qualquer responsabilidade prevista no CONTRATO DE CONCESSÃO, observado o equilíbrio econômico-financeiro e as hipóteses de extinção antecipada da CONCESSÃO, nos termos deste ANEXO e do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 1.4. A ARTESP deverá manter a CONCESSIONÁRIA devidamente informada e atualizada sobre todos os procedimentos envolvendo o encerramento da concessão dos SISTEMAS REMANESCENTES e consequente transferência para a CONCESSIONÁRIA, de modo a assegurar que a transferência ocorra de modo ordenado, eficiente, transparente e sem obstáculos.
- 1.5. A cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO referente às praças localizadas nos SISTEMAS REMANESCENTES deverá ser efetuada pela CONCESSIONÁRIA a partir da assunção de cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES, devendo a receita ser depositada na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, nos termos do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.
- 1.6. A partir da assunção dos SISTEMAS REMANESCENTES, a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir com todas as obrigações a ela atribuídas no CONTRATO e nos ANEXOS, assegurando a prestação de SERVIÇO ADEQUADO no trecho rodoviário que compõe os SISTEMAS REMANESCENTES, mesmo que ainda não concluídas todas as etapas procedimentais estabelecidas neste ANEXO.
- 1.7. A CONCESSIONÁRIA é responsável exclusiva pelo ônus da sua omissão ou inércia nas providências previstas neste ANEXO, para os quais der causa.

## **2. DO OBJETO E DO PRAZO DAS TRANSIÇÕES**

- 2.1. A transferência dos trechos rodoviários descritos no item 1.1 à CONCESSIONÁRIA, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL e do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, compreende tanto vias principais quanto auxiliares, incluindo acessos, conforme descrição apresentada no ANEXO 2, as quais passarão a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO escopo da CONCESSÃO e, portanto, deverão ser consideradas pela CONCESSIONÁRIA ao desempenhar todas as atividades e cumprir todas as obrigações relacionadas à exploração da CONCESSÃO.

- 2.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá recusar-se a receber antecipadamente cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES, assumindo, para com esse trecho, todas as obrigações e direitos derivados do CONTRATO e seus ANEXOS.

#### **Transição do Sistema Remanescente Triângulo do Sol**

- 2.3. O TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL deverá ser assinado na mesma data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA EXISTENTE, o que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias do prazo de assinatura do CONTRATO, nos termos da Cláusula 6.1.1 do CONTRATO.
- 2.4. Será risco da CONCESSIONÁRIA o atraso de até 180 (cento e oitenta) dias para celebração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL, sendo que, na hipótese de atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias, a CONCESSIONÁRIA poderá optar pela extinção antecipada, nos termos da Cláusula 6.3 (i) do CONTRATO.
- 2.4.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não opte pela extinção antecipada, nos termos indicados no item 2.4 acima, o risco de atraso da celebração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL em prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias será alocado à CONCESSIONÁRIA.

#### **Transição do Sistema Remanescente TEBE**

- 2.5. O TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE deve ser assinado no dia [•]/[•]/2025.
- 2.6. As partes reconhecem desde já que a hipótese de antecipação do recebimento do SISTEMA REMANESCENTE TEBE constitui EVENTO DE DESEQUILÍBRIO com efeitos prejudiciais ao PODER CONCEDENTE, havendo consequente necessidade de recomposição da equação econômico-financeira do CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, a ser calculado nos termos do CONTRATO, observada a Cláusula 6.1.2.2 do CONTRATO.
- 2.7. Caso, por algum motivo não imputável à CONCESSIONÁRIA, ocorra atraso na data prevista para a assunção do SISTEMA REMANESCENTE TEBE, será assegurado o direito ao reequilíbrio contratual, nos termos do CONTRATO, por eventuais prejuízos sofridos pela não assunção na data estabelecida, incluindo, mas não se limitando, os custos de mobilização já incorridos pela CONCESSIONÁRIA para assunção na data então prevista.
- 2.7.1. Sem prejuízo do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro envolvendo a assunção do SISTEMA REMANESCENTE TEBE nos termos dispostos nos itens 2.6 e 2.7 acima, fica A ARTESP obrigada a notificar a CONCESSIONÁRIA, com antecedência razoável, que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias, de qualquer alteração na data prevista para a assunção do SISTEMA REMANESCENTE TEBE.
- 2.8. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a ser calculada em decorrência dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO previstos nos itens 2.6 e 2.7 deste ANEXO:
- deverá considerar o valor da TARIFA QUILOMÉTRICA aplicável à CONCESSIONÁRIA, prevista no ANEXO 4, além dos tributos aplicáveis;
  - será considerada a média mensal das despesas nominais do ano exercício de [•] da OPERADORA ANTERIOR para a definição dos custos operacionais da CONCESSIONÁRIA, atualizados e devidamente auditados pela ARTESP.

### **3. DAS PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA NA TRANSIÇÃO DOS SISTEMAS REMANESCENTES**

- 3.1. A partir da data da assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR aprovado nos termos deste ANEXO, ficará autorizada a adotar providências voltadas à verificação do cumprimento, pela OPERADORA ANTERIOR, das condições mínimas para entrega do SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL em bom estado, com atualização adequada, de acordo com o CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL, a depender do caso, nos termos aprovados pela ARTESP no âmbito da comissão de devolução.
- 3.2. Com relação ao SISTEMA REMANESCENTE TEBE, a ARTESP deverá comunicar a CONCESSIONÁRIA sobre a data em que será autorizado o início da adoção de providências visando à verificação do cumprimento das condições mínimas para a entrega do referido sistema rodoviário, nos termos do CONTRATO TEBE, incluindo a comunicação do ingresso da CONCESSIONÁRIA na comissão de devolução do CONTRATO TEBE.
- 3.3. Dentre as providências que a CONCESSIONÁRIA estará autorizada a adotar, considerando o disposto nos artigos 19, I, e 20, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 7.835/1992, bem como as disposições afetas ao recebimento, dispostas no CONTRATO TEBE e no CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL, estão incluídas:
- i. O recebimento de todas as informações, dados, documentos e deliberações da comissão de devolução dos SISTEMAS REMANESCENTES;
  - ii. A participação na comissão de devolução dos SISTEMAS REMANESCENTES, sem prejuízo da representação da ARTESP, na qualidade de Agência Reguladora;
  - iii. A realização de vistorias, observado o disposto nos itens 3.1 e 3.2 acima, juntamente com a ARTESP, nos termos dos artigos 19, I, e 20, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 7.835/1992, e os demais membros da comissão de devolução dos SISTEMAS REMANESCENTES, podendo utilizar os serviços do RELATOR, para verificar as condições mínimas de devolução previstas no CONTRATO TEBE e no CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL; e
  - iv. A elaboração de relatórios de vistorias, conforme o regramento descrito neste ANEXO, independentemente dos relatórios emitidos pela comissão de devolução e/ou ARTESP, para cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES.
- 3.4. Em quaisquer atividades listadas no item 3.3, a CONCESSIONÁRIA poderá oferecer sugestões dos parâmetros que nortearão a transferência dos SISTEMAS REMANESCENTES.

### **4. DA CONFEÇÃO DOS RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL E CONSOLIDADO**

- 4.1. Em até 100 (cem) dias da assinatura de cada TERMO DE TRANSFERÊNCIA, caberá à CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, apresentar um RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO para cada SISTEMA REMANESCENTE, para fins de confirmação da situação fática do trecho rodoviário transferido e eventual constatação de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, com o seguinte conteúdo:
- i. Identificação de eventuais incompatibilidades entre o padrão técnico dos elementos implantados e das normas e legislações vigentes exigidas pela ARTESP;

- ii. Identificação de eventuais incompatibilidades entre os eventuais passivos e/ou irregularidades ambientais encontrados nos SISTEMAS REMANESCENTES e aqueles previstos no CONTRATO e nos ANEXOS como risco da CONCESSIONÁRIA;
  - iii. Identificação da situação dos componentes verificados e das incorreções constatadas, incluindo informações:
    - a. sobre o cumprimento, pela OPERADORA ANTERIOR, de cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES, dos prazos estabelecidos pelas respectivas comissões de devolução; e
    - b. quanto ao atendimento ou não das condições de devolução previstas no CONTRATO TEBE e CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL;
  - iv. estimativa de eventual desequilíbrio econômico-financeiro a favor da CONCESSIONÁRIA.
- 4.2. Além do RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO para cada SISTEMA REMANESCENTE, devem ser elaborados RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL, de acordo com o padrão e os prazos indicados na Tabela 1 abaixo.
- 4.3. Todos os RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL deverão conter uma tabela resumo descrevendo e numerando todos os itens apontados. Esta tabela deverá conter, além da descrição e numeração do evento, informações básicas de localização (rodovia, pista, quilômetro, coordenadas geográficas) e todos os itens deverão ser classificados/separados por natureza do evento (meio-ambiente, pavimento, drenagem, condição geológica/geotécnica etc.).

**TABELA 1 – PRAZOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES DOS RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL<sup>1</sup>**

Item	Parâmetros Técnicos da Matriz de Responsabilidade	Prazo para entrega dos respectivos RVI a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE CADA SISTEMA REMANESCENTE	
		Prazo aplicável (30 dias)	Prazo aplicável (90 dias)
A	Processos Erosivos em taludes de corte e aterro	X	
B	Estabilidade dos taludes em relação às normas técnicas vigentes	X	
C	Assoreamento de sistema de drenagem e/ou drenagens naturais	X	
D	Ausência ou insuficiência de cobertura vegetal na faixa de domínio	X	
E	Presença de resíduos sólidos provenientes de atividades de terceiros	X	

<sup>1</sup> Apenas os itens que não sejam escopo da CONCESSIONÁRIA previsto como sua obrigação licitada nos termos do CONTRATO e ANEXOS, isto é, não seriam obrigação da OPERADORA ANTERIOR, poderão ser considerados como irregularidades para os fins deste ANEXO.

Item	Parâmetros Técnicos da Matriz de Responsabilidade	Prazo para entrega dos respectivos RVI a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE CADA SISTEMA REMANESCENTE	
		Prazo aplicável (30 dias)	Prazo aplicável (90 dias)
F	Recuperação de Área de Preservação Permanente – APPs	X	
G	Investigações ambientais de áreas com potencial de contaminação	X	
H	Condição das passagens de fauna existentes	X	
I	Presença de invasões da faixa de domínio	X	
J	Pendências de licenciamento ambiental	X	
L	Condição do sistema de drenagem superficial	X	
M	Condição do sistema de drenagem (exceto drenagem superficial)		X
N	Condição do pavimento (problemas pontuais e índices de IRI/QI e deflexão)		X
O	Condição estrutural das OAEs		X
P	Relatório de situação dos acessos		X

4.4. Especificamente em relação aos passivos ambientais (itens de “a” a “g”) da Tabela supra, na eventualidade de se identificar novos passivos, ou o agravamento de alguma das situações verificadas, conforme disposto no ANEXO 2, em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES, deverá ser elaborado laudo técnico individual de cada evolução da ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- i. Localização do passivo ambiental;
- ii. Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
- iii. Descrição geral do tipo de passivo e da situação de agravamento identificada por meio de levantamento *in loco*;
- iv. Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
- v. Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Normas do DER/SP, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
- vi. Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
- vii. Croqui da situação identificada e da solução proposta para o passivo ambiental;



- viii. Registro fotográfico da situação observada;
  - ix. Outras informações relevantes que possam auxiliar na demonstração das causas que levaram ao agravamento da situação observada.
- 4.5. O RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO deverá consolidar as informações dispostas nos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e ser apresentado à ARTESP no prazo previsto no item 4.1.
- 4.6. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, descumprir prazo intermediário de identificação de quaisquer itens técnicos listados na Tabela 1 acima, ou deixar de registrar item técnico nos respectivos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL entregues, à CONCESSIONÁRIA será atribuído o risco relativo às correções e tratamento sobre o respectivo item, independentemente da identificação de irregularidade no RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, salvo nos casos de vício oculto que sejam devidamente comprovados, mediante relatório assinado por profissional credenciado nas entidades de classe correlata, de que o elemento incluído no RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO não poderia ter sido apontado no prazo originalmente estabelecido no RELATÓRIO DE VISTORIA INICIAL correspondente.

## **5. DA CONFEÇÃO DOS RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL E DE VISTORIA CONSOLIDADO POR RELATOR**

- 5.1. Os RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e o RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO poderão ser elaborados por pessoa física ou jurídica externa às PARTES e à ARTESP e seus entes vinculados, conforme os prazos e regramento previstos neste ANEXO.
- 5.2. O RELATOR e seus prepostos não poderão ter tido nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas ter percebido qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses precedentes à publicação do EDITAL, nem poderão ter qualquer tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses posteriores à entrega dos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e/ou CONSOLIDADO.
- 5.3. O RELATOR será escolhido pela ARTESP, via sorteio, entre um dos candidatos da lista tríplice proposta pela CONCESSIONÁRIA em prazo hábil para que possa atuar no âmbito dos procedimentos aqui descritos, nos casos em que a CONCESSIONÁRIA optar pelo RELATOR.
- 5.4. A elaboração de lista tríplice deverá obedecer, cumulativamente, aos critérios de ampla reputação técnica no mercado, inexistência de proibições para contratar com a Administração Pública e bom histórico de relacionamento com a ARTESP, tendo atuado no âmbito de concessões de responsabilidade da agência sem qualquer conduta desabonadora.
- 5.5. A ARTESP poderá solicitar, a seu critério e por uma vez, a elaboração de nova lista tríplice, em até 7 (sete) dias da sua solicitação à CONCESSIONÁRIA, caso em que a CONCESSIONÁRIA deverá indicar uma nova lista tríplice, substituindo todos os três candidatos a RELATOR.
- 5.6. Todas eventuais responsabilidades relacionadas à contratação do RELATOR serão exclusivamente atribuídas à CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer espécie de ônus à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE.
- 5.7. O RELATOR procederá, por si ou seus prepostos, às vistorias referentes ao recebimento dos SISTEMAS REMANESCENTES, e apresentará os RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e o RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, nos termos deste ANEXO.

- 5.8. O RELATOR será o responsável técnico, para todos os fins de direito, pelas informações apresentadas nos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e no RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, respondendo pessoalmente pela equipe que venha a contratar para seus levantamentos.

## **6. DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO**

- 6.1. Recebido o RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, a ARTESP o analisará e deliberará em até 45 (quarenta e cinco) dias, decidindo pela:

- i. aprovação integral do RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO; ou
- ii. determinação, sempre de forma justificada e em prazo compatível, de correção de um ou mais itens, hipótese em que terá prazo de 30 (trinta) dias para decidir sobre a versão corrigida apresentada pela CONCESSIONÁRIA por si ou por RELATOR. Caso seja solicitada a correção de um ou mais itens, não poderá a ARTESP solicitar a posterior correção de outros itens, quando da análise da versão corrigida do RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO.

- 6.1.1. O prazo para apreciação do RELATÓRIO DE VISTORIA poderá ser prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, no caso da primeira apresentação do RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, ou por 15 (quinze) dias, caso se trate de apresentação de versão já corrigida, sempre de forma motivada, especialmente em caso de necessidade de realização de estudos e testes adicionais.

- 6.2. Caberá à ARTESP, na condição de Agência Reguladora:

- i. aprovar os parâmetros propostos pela comissão de devolução para a transferência dos SISTEMAS REMANESCENTES para a CONCESSIONÁRIA;
- ii. dirimir conflitos entre os membros da comissão de devolução de cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES;
- iii. instruir os processos administrativos para a análise fundamentada e posterior decisão do Conselho Diretor quanto ao teor do RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, inclusive quanto à abertura do processo administrativo sancionatório em face das OPERADORAS ANTERIORES de cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES, se for o caso;
- iv. apreciar os RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO apresentados pela CONCESSIONÁRIA ou pelo RELATOR para cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES;
- v. decidir quanto à adequação da estimativa referente a EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO indicados pela CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR;
- vi. havendo itens e irregularidades de risco do PODER CONCEDENTE apontados e aprovados pela ARTESP, notificar o PODER CONCEDENTE, para que exerça a prerrogativa de acionamento das garantias construtivas, e/ou reconheça o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, para a consequente formalização de TERMO ADITIVO MODIFICATIVO;
- vii. dar ciência ao PODER CONCEDENTE de eventuais divergências entre ARTESP e o conteúdo do RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, que não tenham sido superadas administrativamente com a CONCESSIONÁRIA, dando início a prazo de 20



(vinte) dias úteis para que as partes manifestem intenção de aplicação das Cláusulas de Solução de Controvérsias previstas em CONTRATO.

## **7. DAS CONSEQUÊNCIAS QUANTO À DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO**

- 7.1. A decisão final pelo Conselho Diretor da ARTESP em relação ao RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO elaborado pela CONCESSIONÁRIA ou por RELATOR vincula as PARTES no que diz respeito às condições de transição dos SISTEMAS REMANESCENTES. A validação integral e sem ressalvas pelo Conselho Diretor da ARTESP do RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO elaborado pela CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, implica a plena aceitação, pela CONCESSIONÁRIA, das condições de cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES. Caso a ARTESP não valide, integralmente ou em parte, o RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, a CONCESSIONÁRIA poderá recorrer ao regramento aplicável à solução de divergências previstos no CONTRATO, inclusive a arbitragem.

## **8. DA CORREÇÃO DAS FALHAS**

- 8.1. As incorreções ou falhas não identificadas pela CONCESSIONÁRIA no RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO deverão ser por ela corrigidas e não constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO econômico-financeiro do CONTRATO, excetos os casos de vício oculto.
- 8.2. As incorreções ou falhas identificadas no RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO poderão ser corrigidas pela CONCESSIONÁRIA e poderão constituir EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO, desde que:
- i. os passivos e/ou irregularidades ambientais não constem da lista disposta no APÊNDICE B e da definição disposta ANEXO 2 e tenham sido detectadas dentro dos prazos previstos na Tabela 1, observado o disposto no item 4.6 acima;
  - ii. a ARTESP, além de aprovar a existência das incorreções ou falhas apontadas pela CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, determinar sua reparação pela CONCESSIONÁRIA.
- 8.2.1. O cronograma de inclusão de referidas correções será determinado pela ARTESP e ou pelo PODER CONCEDENTE.
- 8.2.2. Uma vez constatada a existência de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, nos termos do item 8.2 acima, o CONTRATO deverá ser reequilibrado de acordo com as Cláusulas Vigésima Segunda e Vigésima Terceira do CONTRATO.
- 8.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá sofrer ônus, tais como penalidades contratuais e deduções referentes à mensuração de INDICADORES DE DESEMPENHO, diretamente decorrentes das incorreções constatadas no âmbito do RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO conforme decisão final do Conselho Diretor da ARTESP, até que se encerre o prazo estipulado no cronograma estabelecido nos termos do item 8.2.1 acima.
- 8.4. Nos casos de vício oculto em cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES, identificados posteriormente à assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA de cada SISTEMA REMANESCENTE, desde que dentro do período de garantia de obras civis previsto na legislação vigente e nas cláusulas do CONTRATO TEBE e CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL, a CONCESSIONÁRIA desde já anui com a eventual decisão da ARTESP de determinar à OPERADORA ANTERIOR as devidas reparações, sob supervisão e mediante aprovação dos projetos pela CONCESSIONÁRIA juntamente com a ARTESP.

- 8.5. Não serão vinculantes e presumidos corretos a existência do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e o valor do desequilíbrio apresentados pelo RELATOR nos relatórios por ele subscritos, cabendo à ARTESP avaliar e aprovar o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

## **9. DAS FUNÇÕES DE OPERAÇÃO E DOS PROJETOS DE ENGENHARIA**

- 9.1. A operação do SISTEMA RODOVIÁRIO deverá estar plenamente padronizada em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA de cada trecho do SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 9.2. As ampliações e os respectivos Projetos Funcionais previstos para o período de vigência do CONTRATO constam no ANEXO 7, devendo ser considerado, para fins de cronograma de obras, as datas estabelecidas no POI.

## **10. INVENTÁRIO**

- 10.1. O RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO de cada SISTEMA REMANESCENTE e demais documentos, produzidos pela CONCESSIONÁRIA ou pelo RELATOR, e aprovados pela ARTESP na forma deste ANEXO, integram o respectivo INVENTÁRIO, o qual deverá ser mantido atualizado, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado.

## **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 11.1. Para implementação do disposto neste ANEXO, é vedada a interferência, prejuízo, imposição de obstáculos ou ruptura de continuidade na prestação de serviços objeto do CONTRATO TEBE e/ou do CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL, bem como a imposição de qualquer ônus à OPERADORA ANTERIOR, ficando protegidos todos os seus direitos contratuais e de propriedade intelectual.
- 11.2. Toda e qualquer definição conjunta entre a OPERADORA ANTERIOR e CONCESSIONÁRIA, referente ou não à fase de transição, de caráter estritamente privado e que não tenha qualquer reflexo na prestação adequada do serviço concedido:
- i. não ensejará qualquer direito a reequilíbrio em favor de qualquer das duas partes;
  - ii. não poderá implicar qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE; e,
  - iii. deverá ser comunicada à ARTESP.
- 11.3. Toda e qualquer definição conjunta entre a OPERADORA ANTERIOR e a CONCESSIONÁRIA que tenha algum reflexo na prestação adequada do serviço concedido deverá ser previamente aprovada pela ARTESP.